

Diretor Editorial
Claudio M. Rothmuller

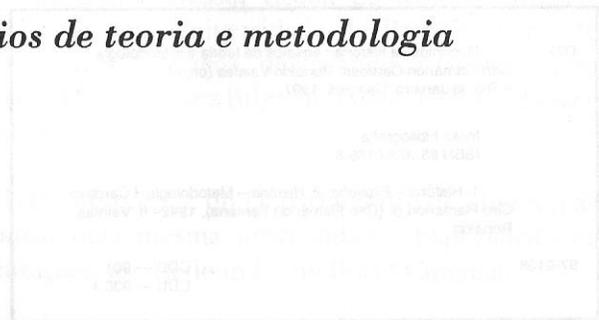
Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas

Organizadores

Ana Maria Mauad • Edgard Ferreira Neto • Eulália L. Lobo
Francisco Carlos Teixeira da Silva • Francisco Falcon • Hebe Castro
Jacqueline Hermann • João Fragoso • Luciano R. Figueiredo
Magali Engel • Manolo Florentino • Maria Yedda Linhares
Mary Del Priore • Rachel Soihet • Ronald Raminelli
Sheila de Castro Faria • Virgínia Fontes

Domínios da História

Ensaaios de teoria e metodologia



Preencha a ficha de cadastro no final deste livro e receba gratuitamente o informativo da Campus



PARTE I



TERRITÓRIOS DO HISTORIADOR
ÁREAS, FRONTEIRAS, DILEMAS

HISTÓRIA ECONÔMICA

João Fragoso e Manolo Florentino

A derrocada da história econômica

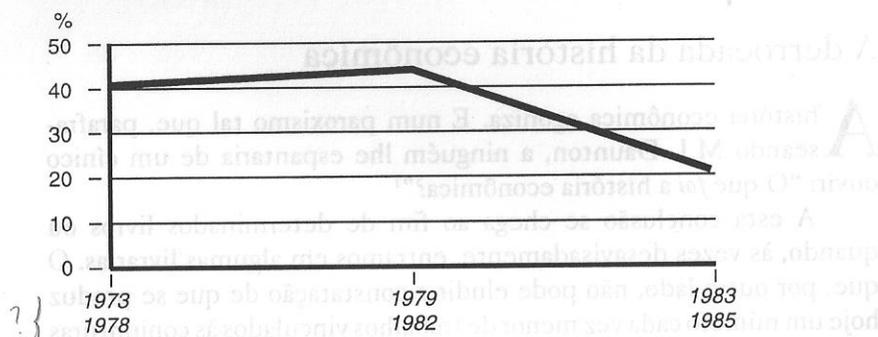
A história econômica agoniza. E num paroxismo tal que, parafraseando M.J. Daunton, a ninguém lhe espantaria de um cínico ouvir: “O que *foi* a história econômica?”¹

A esta conclusão se chega ao fim de determinados livros ou quando, às vezes desavisadamente, entramos em algumas livrarias. O que, por outro lado, não pode eludir a constatação de que se produz hoje um número cada vez menor de trabalhos vinculados às conjunturas e estruturas econômicas, e que esta tendência, longe de ser localizada, é mundial.

Tomando por base a produção de uma das mais prestigiosas (se não a mais importante) revistas de história do mundo, os *Annales*, observa-se um contundente e inexorável declínio do número de artigos ligados à história econômica. Entre o ano de sua fundação (1929) e 1945, quando esteve em mãos do “duo de Estrasburgo” (Lucien Febvre e Marc Bloch), cerca de 60% dos trabalhos por ela publicados estiveram dedicados à história econômica. De 1946 a 1969, período em que mais se fez sentir o peso da influência de Fernand Braudel, tal porcentagem oscilou ao redor de 40%. A ênfase então dada à economia tinha raízes profundas, derivadas de um contexto em que problemas relativos ao desenvolvimento e subdesenvolvimento estavam na ordem

do dia e eram cada vez mais agravados por movimentos em escala mundial como a Guerra Fria, a internacionalização do capital, a descolonização etc. Com a década de 1970 tem início a "derrocada". Até 1976 a produção voltada para o estudo da economia caiu para 25%, e a tendência declinante ainda persiste.²

No Brasil, os ecos deste movimento se fizeram sentir tardiamente. O caráter recente dos programas institucionais de pós-graduação em história, cuja disseminação se deu na década de 1970, pode ajudar a explicar o fenômeno. Assim é que somente a partir dos anos 80 é que sentiríamos os primeiros efeitos do *tournant* vivido pela historiografia internacional. Dados regionalizados e provisórios o comprovam, como pode ser observado na Figura 1, que demonstra a participação de teses e dissertações em história econômica em relação ao total de defesas realizadas no programa de história da Universidade de São Paulo (a maior universidade do Brasil) entre 1973 e 1985. Das defesas ocorridas de 1973 a 1978, pouco menos da metade versava sobre economia, proporção que, para 1983-85, baixou para menos de um terço.

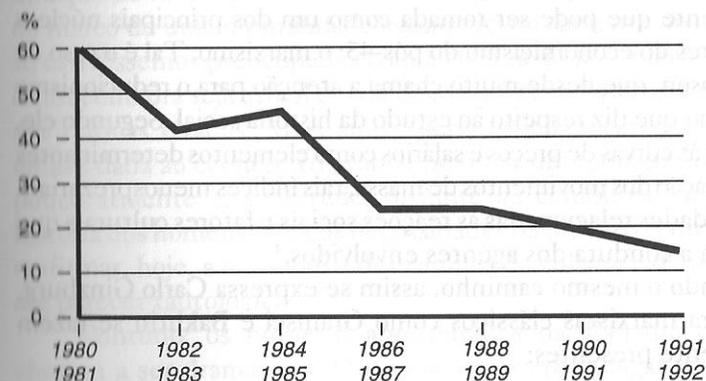


Fonte: Catálogos das Pós-graduações.

Figura 1 Variação (%) das Teses e Dissertações em História Econômica (Universidade de São Paulo, 1973-1985)

Mais dramática ainda é a retração verificada nos programas de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (esta última a maior universidade federal do Brasil) entre 1980 e 1992 (ver Figura 2). Aqui se demonstra que, se no início dos anos 80, seis em cada dez trabalhos defendidos no Rio de Janeiro dedicavam-se à história econômica, em 1992 investigações deste tipo ocupavam menos de dois entre cada dez pesquisadores. Note-se que esta tendência se afirmou em meio à

consolidação dos referidos programas, o que pode ser indicado pelo constante aumento global de defesas: até 1983 defendiam-se, em média, menos de dez trabalhos por ano, cifra que, a partir de 1984, nunca é inferior a 15, chegando a 32 em 1992.



Fonte: Catálogos das Pós-graduações.

Figura 2 Variação (%) das Teses e Dissertações em História Econômica (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, 1980-1992)

A incrementar este recuo, os últimos 25 anos assistiram ao aparecimento de críticas cada vez mais contundentes ao tipo de reflexão em meio ao qual era produzida a história econômica. O que se traduziu, logicamente, em um questionamento mais e mais acentuado aos dois principais paradigmas explicativos sobre os quais se erigia a investigação histórica de ponta nas décadas de 1950 e 1960: a escola dos *Annales* e a historiografia marxista. Em termos gerais, o que se unia era a preocupação com a longa duração e a ênfase nas estruturas econômico-sociais para a compreensão das sociedades, locus privilegiado até mesmo para a compreensão da política e da cultura.³ Do ponto de vista da praxologia histórica, daí derivava a constante preocupação com a utilização de fontes propícias à quantificação e à seriação.

A partir do maio de 1968 catalisaram-se posições que vinham se desenvolvendo pelo menos desde meados dos anos 60, e autores como Jacques Le Goff e outros, atuando de dentro dos próprios *Annales*, puseram em dúvida o predomínio desses princípios. Mesmo profissionais que, no início de suas carreiras, haviam se transformado em historiadores econômicos de peso, como Georges Duby e Emmanuel Le Roy Ladurie, autores de clássicos como *Guerreiros e camponeses* e *Os campones-*

ses do Languedoc, acabaram por voltar-se integralmente para outros campos de estudo, como o das estruturas mentais.

O desconforto com primados como o das explicações econômico-sociais e da longa duração e com o que daí derivava em termos de métodos e técnicas de investigação se apossou até mesmo de autores vinculados àquela vertente que pode ser tomada como um dos principais núcleos incentivadores do economicismo do pós-45: o marxismo. Tal é o caso de E.P. Thompson, que desde muito chama a atenção para o reducionismo econômico no que diz respeito ao estudo da história social. Segundo ele, numa crítica às curvas de preços e salários como elementos determinantes para a explicação dos movimentos de massa, tais índices menosprezariam as complexidades relacionadas às reações sociais e fatores culturais que informariam a conduta dos agentes envolvidos.⁴

Seguindo o mesmo caminho, assim se expressa Carlo Ginzburg, em cuja obra marxistas clássicos como Gramsci e Bakhtin se fazem profundamente presentes:

“(…) não parece arriscado afirmar que a investigação quantitativa de longo período pode também obscurecer e distorcer os fatos (...) Na perspectiva de longo período é difícil compreender os problemas quotidianos da sobrevivência (...) A vida real é largamente posta à margem e a visão de longo período pode gerar uma abstrata e homogênea história social desprovida de carne e sangue, e não convincente apesar de seu estatuto científico”.⁵

Esses críticos da história econômica e social apresentam profundas diferenças entre si. A comprová-las, para o caso de Thompson, por exemplo, está a afirmação de que

“a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente”.⁶

Contudo, a retração da reflexão econômico-social é tão profunda que obscurece estas discrepâncias, de tal modo que uma síntese do estado em que se encontra hoje a questão pode ser encontrada na afirmação de que

“(…) as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos da prática e produção cultural — o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extracultural da experiência”.⁷

Uma teoria econômica globalizante

Alguém já alertou que a recepção dos enunciados é mais reveladora para a história das ideologias do que a sua produção. Assim, a diluição da história econômica, enquanto campo específico do saber, no marco de uma mentalidade economicista somente nos interessaria se estivessemos preocupados com a cultura do pós-guerra. Não é este o caso, embora seja difícil deixar de assumir como pertinentes algumas das críticas citadas. Mais ainda, seria difícil negar que a excessiva ênfase dada ao econômico acabou por criar um monstro invertebrado, pouco atraente e, sobretudo, distante da complexidade inerente à história dos homens — e das necessidades da indústria cultural. Enfim, reafirmar, hoje, a autonomia dos campos da cultura e da política pode até parecer tautológico.

Contudo, os números apresentados na abertura deste artigo chegam a ser dramáticos. O que nos permite indagar se o ajuste de contas e a preocupação cada vez mais intensa com outros campos do saber historiográfico justificam o crescente abandono da reflexão e da própria pesquisa em história econômica.

Em realidade, embora em termos gerais essas críticas tenham por interlocutores historiadores-economistas adeptos do marxismo e/ou dos *Annales*, elas acabam por reunir em um conjunto de rubricas (“economicismo”, “quantitativismo” etc.), vertentes não apenas distintas mas também conflitantes no âmbito mais global da história econômica. Ao fazê-lo, *ensejam riscos diversos, pois, embora insinuem o que se ganha (uma história vertebralizada), não esclarecem o que se perde*. E isto não apenas no sentido da qualidade da reflexão histórica, mas também no que se refere aos métodos (em grego: caminhos) que norteiam o ofício de historiador.

Lembre-se quão complexos e tortuosos foram os caminhos através dos quais evoluiu a história econômica do pós-guerra. Longe de qualquer unanimidade, a apreensão das estruturas e conjunturas mostra, desde os anos 40, substanciais oposições. Se, por um lado, assistia-se à crescente influência de historiadores economistas da chamada Escola Histórica Francesa (Meuvret, Imbert etc.), por outro, o mundo anglo-saxão conhecia a afirmação cada vez mais intensa de economistas-historiadores (Kuznets, por exemplo), movimento que, mais tarde, desembocaria na emergência da *New Economic History*.⁸

Na Inglaterra, nos Estados Unidos, mas também na própria França (cf. o caso de Jean Marzewski e de seus seguidores), a afirmação e desenvolvimento da análise e da teoria econômica acabaram

por redundar numa deliberada especialização da história econômica. (Especialização esta para a qual, de uma forma ou de outra, também colaboraram os *Annales* da era Braudel e o marxismo típico da Guerra Fria.) Muitos profissionais começaram a assumir acriticamente modelos de economistas, com suas refinadas equações e quadros estatísticos atemporais, e pouco a pouco foram deixando de ser historiadores sem, contudo, passarem a ser economistas. Movimento inusitado, já que se dava em um momento em que os próprios economistas percebiam que uma Economia do Desenvolvimento não poderia ater-se apenas a sofisticadas “receitas”, mas deveria, ela mesma, levar em consideração os chamados fatores extra-econômicos.

Estavam, portanto, os economistas-historiadores numa contra-mão que, mais tarde, cobraria seu preço.

Não deixa de surpreender, contudo, que mesmo estudos aos que dificilmente se poderia imputar vários dos pecados do quantitativismo de base anglo-saxônica — o anacronismo e a radical separação entre história econômica e história total, por exemplo — tenham, já o veremos, conhecido a mesma marginalização.

É o caso dos clássicos estudos de história econômico-social cujo eixo original são os *Annales*. Tomemos o caso de Ernest Labrousse. Nele, por exemplo, a construção de curvas de preços não é um fim em si mesma. Pelo contrário, trata-se de um fio condutor para a apreensão das hierarquias sociais e de suas contradições. Mais do que isto, sua obra postula que o estudo conjuntural serve para desvendar a dinâmica das estruturas, o nascimento de ideologias e de crises institucionais e, por fim, na cronologia das revoluções, o seu devir.⁹

Criticar-se uma tal perspectiva é não somente saudável, mas também necessário. Afinal, a busca da compreensão de um escopo tão amplo não pode ter como suporte privilegiado apenas as curvas de preços. Entretanto, tampouco se justifica desconhecer e, deste modo, desqualificar os princípios gerais que regeram a construção de um trabalho deste porte.

Labrousse faz parte de toda uma geração de profissionais em cuja produção se encontram os princípios fundadores daquilo que se conhece por história serial, que atentava não apenas a preços, produção e consumo, mas também à demografia, estratificações sociais etc. O rompimento com o factual trazia explícita a incessante intenção de dar voz aos grandes contingentes anônimos a partir de uma perspectiva que, embora privilegiando determinados “níveis”, sempre tinha a totalidade como paradigma.

A captura desta salutar utopia, pensou-se, deveria passar pelo manejo de tipos específicos de fontes e técnicas de investigação informadas pela representatividade estatística. Isto significava privilegiar fontes de natureza maciça e cuja estrutura fosse temporalmente recorrente. Dito de outro modo, definido um determinado campo de investigação, procurava-se abarcar a vivência do maior número possível de agentes históricos na longa duração. À busca de fenômenos/relações sociais recorrentes deveria suceder, agora sim, a construção de quadros explicativos eficazes.

O caso de Labrousse nos permite resgatar alguns enunciados caros do ponto de vista da produção do saber — especialmente do saber econômico —, cuja depreciação seria, no mínimo, lastimável. São eles:

- Toda investigação histórica deve ser construída tendo como pressuposto a formulação clara de hipóteses de trabalho.¹⁰
- A escolha e o manejo das fontes devem levar em conta a sua pertinência e seus limites, sempre em referência ao objeto a ser trabalhado.¹¹
- Os fenômenos sociais (no sentido *lato* do termo) devem ser apreendidos como históricos, isto é, levando-se em conta a sua pertinência temporal mais ampla.¹²

Com relação a este último tópico, não seria muito difícil encontrar clássicos que criticavam os limitados manejos de uma esfera econômica “pura”. Se vamos às atas do Primeiro Congresso de História Econômica, realizado em Estocolmo em 1960, nos defrontamos com a afirmação de Pierre Vilar, segundo a qual

“o crescimento humano, seus saltos, suas hesitações, suas desigualdades, seus conflitos, requerem, pois, na verdade, uma análise histórica global, não uma análise muito segura de si mesma no que se refere aos mecanismos econômicos ‘puros’ (...)”.¹³

A observação de Vilar adquire todo seu sentido quando identificamos seu interlocutor nesta passagem dos anos 50 para a década seguinte: a então emergente tendência que, já o vimos, no interior da história econômica, privilegiava de forma unilateral e atemporal as pesquisas acerca de fatores como *capital, força de trabalho e tecnologia*. Dito de outro modo, o alvo aqui era uma quantificação sistemática de aspectos que, embora parciais em si mesmos, prestavam-se à elaboração de teorias pretensamente globalizantes.¹⁴

Mas os anos 60 nos brindaram com autores que, ainda quando compartilhassem dos princípios citados, dedicavam-se à construção de uma “história econômica” *stricto sensu*. O que, naturalmente, significava afirmar como possível e legítima a reflexão sobre este campo.

A este respeito o caso de Witold Kula é exemplar. Nele, o fato de que nenhum grupo humano possa sobreviver consumindo mais do que produz singulariza um campo de investigação:

“É verdade que ‘em várias sociedades, os termos câmbio, investimento, dinheiro, consumo, têm conotações diferentes’. É verdade que ‘não há racionalidade econômica como tal (...)’. Isso tudo é verdade, bem verdade (...)

Sim, mas...

(O historiador que escreve estas palavras sabe muito bem a que está se arriscando.)

Sim, mas em economia — ou, mesmo, exclusivamente em economia — a conta tem que estar equilibrada.

A sociedade que constantemente colhia menos grãos do que semearia teria que, ou mudar sua técnica, ou emigrar para outro território, ou arranjar outra solução. Continuando como antes, pereceria. Não se comportaria racionalmente.”¹⁵

O simples existir, porém, não torna a economia presa de fáceis capturas. Não se justificam, pois, reducionismos de qualquer espécie, nem a transformação da história econômica em panacéia.

Voltemos mais uma vez a Kula. Em um bem-humorado intervalo na construção de seu magistral modelo de funcionamento econômico do sistema feudal polonês, de 1962, quando se permitiu uma digressão sobre a então sempre referida (mas pouco explicada) “racionalidade econômica”, ele nos remetia ao diálogo entre um camponês e um zootécnico. Pedagógico, este aconselha àquele a venda de suas seis vacas para a compra de outras três, de melhor raça, investimento que por certo redundaria em maior rentabilidade futura. Cândido, lhe responde o campônio:

“— Se tenho só três vacas, meu filho não poderá casar-se com a filha de um granjeiro rico com quem está arranjado.”

Eis aqui um bom exemplo dos limites do puro diagnóstico econômico na análise de uma situação que, ainda quando “econômica”, traduz-se em paradigmas tais como dotes, relações de parentesco,

alianças políticas etc.¹⁶ O que, por certo, só vem reafirmar a necessidade da perspectiva de uma história totalizante, *não apenas como fim, mas como ponto de partida*.

Foi este também o sentido geral da comunicação apresentada por I.T. Berend no Sétimo Congresso de História Econômica, realizado em Edimburgo, em 1978.

Tratava-se de examinar uma situação na qual a pura existência e o manejo de índices econômicos não autorizava a formulação de teorias globalizantes eficazes. Para tanto, partiu-se do fato de que, em relação à média (=100) dos países mais desenvolvidos da Europa de princípios do século XIX, as nações escandinavas e as da Europa do Leste possuíam níveis próximos de renda *per capita*: 91 e 81%, respectivamente. Contudo, os desdobramentos posteriores mostraram que enquanto as primeiras lograram a modernização de sua agricultura e indústria, o mesmo não ocorreu em países como a Hungria e a Polônia. Assim, um mesmo índice não se desdobrou em processos de acumulação entendidos como inversões de capital. Antes da Primeira Guerra Mundial tais inversões não ultrapassavam 15% da renda nacional húngara, cifra que, para o conjunto do Leste, alcançava apenas 6% entre 1919 e 1939.

A inteligibilidade deste fenômeno não pode ser buscada em dados econômicos “puros”. Deve-se atentar, pelo contrário, para o fato de que estas economias se encerravam em estruturas sociais arcaicas, nas quais prevalecia uma aristocracia fundiária que, embora detivesse de 35 a 40% da renda nacional, pouco investia em processos modernizadores. E isto não em função de qualquer tipo de atavismo, mas pelo seu interesse explícito na manutenção do *status quo*. Uma análise globalizante deste caso deveria levar em conta, pois, no mínimo, o peso da reprodução de hierarquias sociais excludentes e dos conjuntos de valores nelas entranhado.¹⁷

Vilar e Kula, clássicos dos anos 50 e 60, mas também Berend, quase vinte anos depois, apontam para a construção de uma história econômica sutil e complexa, sempre referida a uma totalidade. Embora especializados (mais Kula e Berend do que Vilar), não seria difícil encontrar em seus estudos referenciais antropológicos e culturais — e não apenas como recursos retóricos, mas sim como suportes de análises econômicas. Seus trabalhos, em especial *Catalunha na Espanha moderna* e *Teoria econômica do sistema feudal*, revelam, pois, a pertinência de um tipo específico de reflexão, cujo valor é reconhecido e afirmado por autores mais recentes. Robert Darnton, por exemplo, trabalhando com tradicionais contos camponeses (*O pequeno polegar*, *Chapeuzinho ver-*

melho, Mamãe ganso e outros), afirma que o ponto de partida da análise deve ser a busca de experiências comuns à vida quotidiana das aldeias do Antigo Regime. Tarefa que, no seu caso, afirma, é facilitada pelas pesquisas de especialistas em economia e sociedade como Pierre Goubert, Le Roy Ladurie, Paul Bois, Pierre Saint-Jacob, entre outros.¹⁸ Implícita a esta idéia está o alerta sobre o perigo de, ao desqualificar as pesquisas em história econômica, inviabilizar-se a própria feitura da história cultural.

A vertebralização do saber histórico

Abrimos este capítulo constatando que a história econômica agoniza. É possível que de seu epitáfio conste: "Aqui jaz uma velha senhora, vitimada por lentos — mas devastadores — ataques de soberba."

Em seus delírios oniscientes, ela dizia tudo explicar e determinar. Era quando assumia as vestes de cientista para, talvez em recônditos laboratórios imaginários, montar sofisticados modelos matemáticos. Elitista como uma deusa crepuscular, afastava-se, progressivamente, da história, dos historiadores e dos homens.

Mas sua loucura era a de Sísifo, inconstante. E dos momentos de lucidez emergiam perguntas claras que, como no caso do caminhante, criavam sua própria senda. As passadas, cautelosas, buscavam então palmilhar reiteradamente por onde não um, mas vários haviam passado. Um certo olhar, às vezes titubeante, descortinava estranhamentos, logo substituídos pela certeza de, lá longe, poder alcançar um horizonte povoado por seres não tão diferentes — na verdade, criaturas duras e frágeis como o coração do homem.

Mas, se é certo que o tempo se expressa em ondas, estas não escolhem seixos, nem loucos, nem lúcidos. E a velha senhora ainda agoniza.

Várias são as razões. Recuperemos algumas, lembrando a conjuntura própria do pós-45.

O enorme crescimento dos Estados Unidos e a ulterior internacionalização do capital, por um lado, e a afirmação de uma economia socialista até então vitoriosa, pelo outro, se traduziam em uma polarização planetária pautada em modelos antitéticos. Paralelamente, a pobreza e os movimentos nacionais de libertação mobilizavam políticos e estudiosos através de temas como trocas desiguais, dependência econômica, substituição de importações, industrialização acelerada

etc. Por caminhos diversos, expressava-se a vontade de promover mudanças globais, cujo ponto de partida seria o campo econômico-social.

Em meio a este contexto, nada mais previsível do que a afirmação da teoria econômica, a ênfase econômico-social dos *Annales* e, em um plano mais radical, a exacerbação do determinismo "infra-estrutural" por parte do marxismo da Guerra Fria. Não espanta, pois, uma cada vez mais acentuada especialização da história econômica nos meios acadêmicos.

Por diversos caminhos daí resultaram situações no mínimo curiosas. Passemos a palavra a Eric Hobsbawm:

"Muitos historiadores (entre eles os marxistas), que antes se chamavam a si mesmos de economistas (...), se encontraram de imediato excluídos de uma história econômica que rapidamente se estreitava. Daí terem aceitado de bom grado o rótulo de 'historiadores sociais', especialmente quando lhes faltavam conhecimentos profundos de matemática."¹⁹

Estranha configuração, na qual um conjunto de negações (*não ser economista, não ser bom o bastante em matemática, estatística, informática etc.*) funda não apenas um tipo específico de profissional, mas também seu próprio campo de reflexão (a "história social", ou o que por ela se entenda).

Os desdobramentos não cessaram, porém, provocando paradoxais ordenações institucionais. Assim é que, nas décadas de 1960 e de 1970, o crescimento da história econômica feita por economistas foi tão avassalador que, em muitos casos, redundou na criação de institutos e departamentos de história econômica sem conexões sequer formais com departamentos de história. Situação paradoxal, pois, ao invés de criar uma identidade específica para a reflexão sobre as estruturas e conjunturas, ela acabou por abrir campo para isolar esta última. Em outras palavras, da separação institucional derivaram, em cadeia, o isolamento intelectual, a fragilização e, por fim, a marginalização de um ainda muito fértil campo de investigações.²⁰

Para além do anteriormente apontado, a retração da história econômica se nutre, hoje, de elementos exteriores à disciplina. Em realidade, a própria crise atual deste tipo de saber demonstra, cruelmente até, a pertinência de dois postulados do devir histórico: ele é mutante e total. Prova disso é que, mesmo considerando as diferenças que mantêm entre si, Carlo Ginzburg, François Dosse e Ciro Flamarion Cardoso, cada qual em um rincão do planeta, ao analisarem as novas

tendências da historiografia internacional, atentam para movimentos que ultrapassam a economia.

O primeiro nos lembra a profunda mudança nas expectativas da sociedade com relação ao seu futuro. Ao otimismo radical dos anos 50 e 60 se contrapõem, a partir da década de 1970, as crescentes dúvidas acerca de processos macro-históricos tais como a eternalização do futuro reino fraternal (o socialismo) e o ilimitado progresso tecnológico. Daí derivaria a preocupação cada vez maior com estudos micro e temas como o privado, o pessoal, o vivido.²¹

O diagnóstico de Dosse é mais radical e pontualiza o duplo processo através do qual a história conquista a mídia e, ao mesmo tempo, se vulgariza. É quando o próprio papel do historiador se modifica:

“A História que se consome tornou-se recurso terapêutico para preencher os vazios (...). O historiador desempenha então o papel de conservador: ele tranquiliza. Assim, chamam-no com maior frequência à cabeceira de uma sociedade ferida. Na falta de um presente que entusiasme e perante um futuro inquietante, subsiste o passado, lugar de investimento de uma identidade imaginária através dessas épocas, no entanto próximas, que perdemos para sempre. Essa busca torna-se mais e mais individual, mais local, na falta de um destino coletivo mobilizador.”²²

Ciro Flamarion Cardoso, por sua vez, nos fala da falência dos sistemas éticos tradicionais (o cristão e o revolucionário), consumada de forma inelutável na segunda metade do século XX. Tais sistemas, que até então norteavam as relações dos indivíduos consigo mesmos e com o Outro, com a sociedade e com a política, perderam credibilidade sem, contudo, serem substituídos por referenciais mais sólidos. Como resultado, temos

“(…) o abandono das totalidades sociais significativas, dos processos sociais integrados (...) e o interesse atual por temáticas ligadas ao cotidiano, ao sexo, à família, às diferentes formas de infração às normas”.²³

Frente a tudo isto, pode-se afirmar (levianamente, até) que a história econômica não mais responderia aos anseios de uma sociedade em franca pulverização. Será?

Creemos que não. Em primeiro lugar porque, é óbvio, os homens continuam trabalhando, produzindo e consumindo, atitudes que, no plano da cultura, se expressam de formas muito específicas. Em segundo lugar, nos parece que o longo percurso trilhado até aqui serviu para sedimentar a história econômica enquanto um legítimo campo do saber humano. Cabe recordar, aliás, que mesmo a chamada “história serial”, tal como foi proposta pelos clássicos dos *Annales*, continua contribuindo decisivamente para um melhor conhecimento dos processos econômico-sociais. Basta citar aqui que até muito recentemente ainda se pensava a América colonial hispânica a partir dos restritos parâmetros da “dependência”. Contudo, J.C. Garavaglia, dentre outros, tendo por base séries fiscais, demonstra, por exemplo, que o que predominava nos mercados internos da Nova Espanha e do Peru não eram bens provenientes da Europa, mas sim os produzidos localmente. O que nos leva a assumir que tais áreas não podem ser apreendidas apenas como meras caudatárias dos processos de acumulações realizados na esfera do mercado internacional.²⁴ No mesmo sentido, outros trabalhos recentes que, também calcados nesta clássica história serial, tendem a redefinir a tradicional vinculação entre a região do Prata do século XVIII e o predomínio da pecuária. Pelo contrário, outras séries fiscais mostram que a paisagem agrária local era dominada, já então, pela triticultura, fenômeno que tem por conseqüência novas leituras do sistema agrário em questão.²⁵

Por fim, nada indica que a história econômica não possa incorporar os ganhos derivados da vertebralização do saber histórico proposta pelas vertentes mais recentes. Vejamos um exemplo de como pode ser enriquecedor este procedimento, através do contato com o que atualmente se conhece por “micro-história” — perspectiva que releva a utilização de conceitos derivados da antropologia.

As possíveis vantagens deste tipo de perspectiva são afirmadas por artigo de Giovanni Levi, cuja reflexão acaba por desnudar os limites de uma história econômica tradicional na abordagem de um tema, em princípio, totalmente adequado a ela: o mercado de terras. Segundo ele, durante muito tempo assumiu-se que a frequência das transações com terras em certas áreas da Europa do Antigo Regime e da América colonial indicaria a precoce presença do capitalismo e do individualismo. Contudo, um estudo mais apurado, em nível local, tende a demonstrar que o valor do solo varia não apenas em função de suas potencialidades diferenciadas, mas também segundo relações tais como o parentesco entre os contratantes. Deste modo, contra tudo que afirmava um certo tipo de análise (baseada na agregação de uma

enorme quantidade de transações monetárias registradas em cartórios), estaríamos distantes de um mercado auto-regulado e informado por práticas puramente "econômicas".²⁶

Conclusão

Talvez tenha chegado o momento de finalizar nos indagando acerca das perspectivas futuras da história econômica no Brasil. Apreender o problema deste modo implica retornar a trabalhos — alguns deles pioneiros no "pensar o Brasil" — que construíram as bases da moderna historiografia econômica nacional.

Desde a década de 1930 até a de 1970, Caio Prado, Simonsen, Furtado, Novais, Ciro Flamarion Cardoso e Gorender buscaram montar quadros explicativos que dessem conta da sociedade e economia coloniais, apontando inclusive para os condicionantes estruturais futuros.²⁷ Em que pese, por vezes, as profundas divergências teóricas e diferenciados graus de embasamento empírico de suas obras, esses autores nos legaram abordagens que primavam pela tentativa de entender sobretudo a história brasileira como uma totalidade.

Tal perspectiva, acreditamos, não deve ser perdida, sob pena de, nas palavras de Le Goff, construir-se uma história em fatias ("a pior das histórias"), ou, mais grave ainda, como alerta de Certeau, "privar os estudantes da possibilidade de simbolizar o seu lugar".²⁸ Observação ainda mais pertinente quando lembramos que a consolidação das pós-graduações em história tem redundado, acertadamente, na multiplicação de trabalhos monográficos que não deveriam deixar de estar referenciados na busca de uma história total.

Os quase quarenta anos decorridos entre a reflexão fundadora de Caio Prado e o aparecimento dos modelos alternativos de Ciro Flamarion Cardoso e Gorender testemunharam o aparecimento de obras que, embora não criassem escolas propriamente ditas, constituíram-se em importantes vertentes da historiografia econômico-social. Seu pano de fundo eram os complexos processos — e, por que não, os impasses — gerados pela acelerada urbanização e pelo crescimento industrial, fenômenos que de um modo ou de outro remetiam às grandes permanências de nossa história (estruturas agrárias arcaicas, forte desigualdade na distribuição da riqueza etc.).

A busca, implícita ou explícita, de compreender as derivações desse movimento traduziu-se na publicação de importantes trabalhos, muitos dos quais feitos por não-historiadores.²⁹ Nesses, a história eco-

nômica, mesmo que por vezes marcada por limitados embasamentos empíricos, aparecia dialogando constantemente com uma sociologia de fortes contornos weberianos e/ou marxistas. O resultado revelou-se tão enriquecedor que, não seria ousado afirmá-lo, acabou por desferir um golpe decisivo no factualismo ainda imperante.

A reflexão sobre as conjunturas e estruturas econômicas, porém, não se nutriu somente do contato com a sociologia. Assim é que, a partir da segunda metade dos anos 60 e durante a década seguinte, observa-se um contato cada vez maior dos economistas com a história. Refletindo muitos dos questionamentos herdados dos anos 50, mas incorporando os impasses do desenvolvimento capitalista surgidos com os anos 60 (cuja tradução maior foi o golpe de Estado de 64), o foco da reflexão passou a ser constituído pela gênese da industrialização e seus desdobramentos.³⁰

Em um movimento de certo modo semelhante ao que já ocorria no exterior, a produção dos economistas-historiadores incentivou a especialização da história econômica brasileira. Contudo, ao contrário do que se deu em centros como Londres ou Chicago, aqui não ocorreu a separação institucional entre a história econômica e os departamentos de história. Talvez por isso não tenhamos conhecido o desenvolvimento de algo semelhante à *New Economic History*. Pelo contrário, os economistas ainda tendem a reconhecer os limites de sua disciplina quando se trata de trabalhar com elementos que remetam à complexidade do processo histórico nacional. Nesses momentos, alerta Barros de Castro, eles deveriam

"(...) assumir o risco de ir além dos limites que circundam o seu terreno profissional (...) mediante a introdução de considerações histórico-contextuais".³¹

O apogeu dos estudos em história econômica ocorreu, contudo, com a expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Foi quando (e as figuras que abriram este capítulo o provam) pesquisas neste campo concentravam no mínimo a metade dos trabalhos realizados.

Em meio a este movimento se observou a abertura da reflexão sobre as conjunturas e estruturas econômicas, tanto a novos eixos temáticos quanto a novas metodologias. Procedimentos que buscaram se alicerçar no manejo de técnicas de pesquisa e *corpus* documentais muitas vezes inéditos. Dentre as áreas que, desde então, ganharam impulso maior destacam-se os estudos acerca do mercado interno, de estruturas agrárias da época da escravidão, comércio exterior e industrialização, demografia, história empresarial etc.³²

A quantidade e a qualidade dos trabalhos surgidos no bojo desta inflexão certamente nos possibilitam, hoje, reavaliar algumas das idéias centrais dos autores que, desde a década de 1930, se dedicaram a “pensar o Brasil”. Mais ainda, tal esforço poderia nutrir-se dos recentes ganhos da historiografia internacional, que redundam em uma cada vez mais intensa vertebralização do conhecimento histórico. Assim, por exemplo, dificilmente se poderia retornar à economia colonial sem levar em conta uma estratégia interdisciplinar que colocasse frente a frente historiadores e antropólogos, contato fundamental para a discussão de pautas como a natureza do mercado, o papel das hierarquias e da produção social das desigualdades etc. Do mesmo modo, a chamada “história vinda de baixo” permitiria redimensionar o papel dos cativos e dos “homens livres pobres” na própria consecução da economia escravista, rompendo com uma visão ainda marcadamente senhorial acerca das formas de reprodução desta última.³³

Dois exemplos podem ilustrar o que vimos dizendo. Se nos detemos nas formas de reprodução da hierarquia sócio-econômica do Rio de Janeiro na passagem do século XVIII para o seguinte, nos defrontamos com um movimento aparentemente paradoxal. Parte expressiva da elite empresarial mercantil, após duas gerações de contínua acumulação no mercado, tende a abandonar os seus negócios, passando a investir em atividades rurais e rentistas, em geral bem menos lucrativas do que o comércio. A inteligibilidade de tal passagem somente pode ser apreendida quando consideramos que estes agentes vivem em uma sociedade onde a ascensão social liga-se fundamentalmente à aquisição de terras e cativos — *i.e.*, de bens que em última instância se referem ao prestígio. Observe-se que este movimento, ao gerar *plantations*, recria a própria economia escravista colonial.³⁴

Um segundo exemplo nos é dado pela comparação dos preços de cativos aparentados com os de escravos não-aparentados nos inventários *post-mortem* do meio rural fluminense entre 1790 e 1830. Observa-se que o simples fato de estar ligado a redes parentais de primeiro grau podia implicar a esterilização, *pelo mercado*, de parcela substancial do valor de cada um dos parentes escravos. A envergadura de tal esterilização, porém, variava de acordo com a idade e, como tal, uma criança aparentada de 0 a 14 anos podia custar entre menos 1/3 e menos 2/3 do que escravos solitários de sua faixa etária, ao mesmo tempo em que pares adultos (de 15 a 40 anos) podiam valer de -10% a +8% que seus pares etários não-aparentados.³⁵ Percebe-se, assim, que no processo de formação de preços dos cativos e do próprio cálculo econômico senhorial interferiam não apenas as variáveis comumente

indicadas pela historiografia (sexo, idade, estado físico, especialização profissional etc.), mas também aquelas relações sociais — no caso, o parentesco de primeiro grau — que contribuía para o arrefecimento dos graus de tensão no interior da comunidade escrava, reproduzindo e alargando as possibilidades sociais de vida no cativo também.

São, em resumo, nestas possibilidades que se deve pensar quando se observa a assustadora retração da história econômica. O que, aliás, nos traz à lembrança certo filósofo, para quem renunciar a um conhecimento é permitir sua degradação em opinião.

O surgimento da história social

Embora se não quase impossível, a história social surgiu em um momento de escape ao lugar comum da história econômica, que sempre teve a presença necessária de questões de natureza social, mas que não tinha a expressão e sua elaboração próprias. A referência ao movimento dos *Annales* é aqui necessária, não apenas porque o termo, real ou simbólico, se constituiu a partir de um momento em que se abordavam temas até então considerados exclusivos dos economistas profissionais até a primeira metade do século XX. A expressão “história social” é frequentemente empregada para designar o espaço desta outra postura histórica, que se diferencia da historiografia tradicional.

A revista e o movimento fundados por Bloch e Febvre na França, assim como o *Journal of American Studies*, passaram a ser manifestações mais efetivas e duradouras desta historiografia factualista, centrada nas idéias e decisões de grupos atuando em batalhas e em estratégias diplomáticas. Contra elas surgiu uma história problemática, viabilizada pela abertura da disciplina aos métodos e métodos das demais ciências humanas, num sentido por vezes de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. A interdisciplinaridade estaria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da